

Às 14h5min do dia 26 de junho de 2023, deu-se início à Audiência Pública, no Plenário da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, sobre a Lei Paulo Gustavo, que havia sido divulgada no site da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, nas redes sociais da FCBC e amplamente divulgada na imprensa local. Compareceram cerca de 30 pessoas do trade cultural da cidade, que assinaram lista de presença disponibilizada na entrada do plenário. A mesa de trabalhos foi montada com a presidente da Fundação Cultural, Denize Leite, a vereadora Daniela Serpa, representante da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Câmara de Vereadores, o presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, André Felipe Gevared, e a Barbara Kristensen - Produtora Cultural do consórcio CIM-AMFRI, para mediar e conduzir os trabalhos. A presidente da FCBC Denize Leite abriu cumprimentando e agradecendo a presença de todos, e começou a dar informações sobre o andamento dos trabalhos sobre a aplicação da LPG no município de Balneário Camboriú, falou sobre o método da condução dos trabalhos até o momento, sobre as orientações recebidas do MinC, sobre as informações obtidas com o ministério, como a cidade já estava adiantada em relação à obtenção do recurso federal, com Plano de Ação já aprovado, Termo de Compromisso já assinado, e com o recurso prestes a ser recebido, de acordo com o cronograma da plataforma eletrônica do Governo Federal, TransfereGov. Denize proferiu a seguinte fala: “A equipe técnica da Fundação Cultural de Balneário Camboriú estuda e acompanha todos os desdobramentos e ações governamentais da Lei Paulo Gustavo desde o início do processo, quando da aprovação, e disponibilização das informações no site do Ministério da Cultura. Ademais, aprendemos muito, participando de reuniões, oficinas, e palestras, e sabemos o quanto a Lei Paulo Gustavo é importante para todo o trade cultural de uma cidade. Mas, sabemos também que a lei veio beneficiar muito os artistas e produtores culturais de cidades cuja realidade cultural é deficiente, cidades em que não há gestão da cultura, não há recursos destinados à produção cultural, cidades que deixaram seus artistas completamente desassistidos durante o longo período da pandemia de Covid-19. Infelizmente, é a realidade da maioria das cidades brasileiras. Balneário Camboriú é diferente. Aqui, temos Fundação Cultural, Conselho Municipal de Política Cultural, Temos Fundo Municipal de Cultura, temos Lei de Incentivo e Fomento à Cultura (1,5 mil reais no último edital, os projetos estão sendo executados), temos recurso para distribuição aos artistas e produtores culturais, por meio de editais anuais, temos edital de credenciamento de serviços artísticos culturais, e ano passado todos os artistas foram contratados 100%, temos agora um edital de literatura de 200 mil reais. Temos teatro, praças com feiras e locais para apresentações culturais, temos festas culturais onde os artistas são contratados e se apresentam durante todo o ano. Vimos, com a troca de experiência com outros municípios, ouvindo pessoas do Ministério da Cultura, que ouvindo o Conselho Municipal de Política Cultural já estamos ouvindo a sociedade e o trade cultural da cidade. E citou que eram as palavras do Sr. Pedro Vasconcelos, diretor de articulação e governança Ministério da Cultura, durante o encontro de gestores Culturais dos municípios de Santa Catarina, na ALESC, Florianópolis. É no Conselho que o cidadão tem voz, o Conselho conta com os representantes das Câmaras Setoriais. É nas câmaras setoriais que o trade cultural se reúne, discute, e traz seus anseios para o Conselho. Logo, o Conselho tem o dever de trazer para a Administração pública as demandas, as sugestões, e até as reclamações. A Lei Paulo Gustavo é clara quanto à aplicação dos recursos por parte do ente federativo. É do ente federativo a

responsabilidade com o recurso público. É deste que se cobrará a prestação de contas perante o Governo Federal. É o ente federativo que determina os parâmetros para a distribuição do recurso, adotando medidas de transparência e impessoalidade. Nós estamos ouvindo o trade cultural por intermédio do Conselho Municipal de Política Cultural, suas Câmaras Setoriais e seu Grupo de Trabalho, composto por representantes dessas Câmaras Setoriais. Hoje, estamos aqui pra dar continuidade ao importante trabalho que essas pessoas vêm fazendo. Não podemos caminhar pra trás. O Ministério da Cultura afirmou que repassa o valor até dia 30 de junho. A partir daí, já vamos elaborar os editais necessários, a fim de dar celeridade ao processo.” Ainda enquanto a presidente falava, a Sra. Dagma Castro quis interromper para se manifestar, mas foi contida e avisada que somente ao final das falas das pessoas que compunham a mesa seria dado o direito de fala aos presentes no plenário. A presidente ofereceu a fala à vereadora Daniela Serpa, que preferiu não se manifestar. Passou a falar então a Bárbara Kristensen - Produtora Cultural do consórcio CIM-AMFRI, que fez uma explanação sobre todo o processo da criação e aprovação da Lei Paulo Gustavo, explicou cada procedimento, os incisos da Lei, sobre o que cada um versava e como deveria ser aplicado o recurso federal. Bárbara apresentou em telão as etapas a serem alcançadas pelos entes federativos para obtenção dos recursos, e parabenizou Balneário Camboriú por estar adiantado no processo para recebimento desse recurso. Em seguida, Bárbara explicou sobre o procedimento para manifestação do público presente: que o Conselho Municipal de Política Cultural apresentaria seu trabalho quanto à definição de cotas para aplicação do recurso federal, e que logo em seguida seria aberto para falas ou perguntas, que deveriam cumprir o tempo limite de 2 minutos. Logo a seguir, iniciou sua fala o presidente do Conselho Municipal de Política Cultural André Gevaerd, que cumprimentou a todos, agradeceu a presença e falou sobre a composição do grupo de trabalho escolhido pelo Conselho para estudar e sugerir as cotas para distribuição dos recursos da LPG por meio de editais da Fundação Cultural. Explicou que foram montados dois grupos de trabalho, uma para o Audiovisual e outro para as demais linguagens culturais. O André então indicou o Sr. Calebe para apresentar o trabalho do grupo das demais linguagens culturais. O Calebe tomou a palavra e passou a apresentar, em telão, planilha com as cotas sugeridas para a distribuição dos recursos. O Calebe, representando o grupo de trabalho, explanou sobre a metodologia aplicada e sobre as reuniões realizadas, com detalhamento de datas e horários e também os nomes dos participantes de cada reunião. A plenária ficou atenta ao que estava sendo apresentado, e ao final da explanação, aplaudiu o trabalho feito. A Presidente da FCBC indagou então se aquele trabalho apresentado como sugestão para as cotas a serem praticadas em edital de concurso poderia já ali ser aprovado por todos. A maioria presente se manifestou positivamente e a sugestão do grupo de trabalho das demais linguagens culturais foi aprovada. Denize explicou que todas as sugestões seriam acatadas pela Fundação Cultural, mas que dependeria ainda de pareceres técnicos e jurídicos para realmente constarem de editais públicos, ao que todos concordaram. O André Gevaerd, presidente do CMPC passou a fala para a Brianne, representante do grupo de trabalho do Audiovisual. Brianne falou sobre os trabalhos feitos pelo grupo, as reuniões feitas, os métodos utilizados para chegarem a sugestão de cotas para distribuição dos recursos para o Audiovisual. Ao visualizar a apresentação no telão, a Sra. Dagma quis se manifestar, mas novamente foi contida e avisada que de acordo com o protocolo da audiência, já apresentado, logo após a apresentação seria aberto para manifestações. Brianne deu seguimento à apresentação das cotas, dos incisos, dos itens sugeridos pelo grupo de trabalho do CMPC para serem aplicadas em editais da FCBC para distribuição dos recursos

federais da LPG. Findada a fala da Brianne, a Sra. Dagma questionou porque não estava apresentada uma outra planilha com outras sugestões apontadas por ela (Dagma) e outros pares do setor, que teria sido entregue ao Conselho durante o mandato anterior. O André explicou que essa outra proposta foi sim apresentada em reunião oficial do Conselho, em que constava em ata, e que a proposta atual apresentada no telão foi a vencedora em votação oficial, por membros do Conselho. A Dagma, insatisfeita, passou a acusar o presidente do CMPC de falta de moralidade, a partir da sugestão apontada na apresentação do grupo de trabalho. Disse que a sugestão trazia uma cota de 100 mil reais para readequação de sala de cinema, e que era favorecimento ao presidente do Conselho, por ele ser proprietário de uma sala de cinema. Disse ainda que não acreditava nessa votação do conselho e que fazia questão de que a outra proposta fosse ali apresentada e discutida. O presidente do Conselho fez uma explanação sobre o audiovisual e o cinema em Balneário Camboriú, desde a emancipação da cidade, sobre as salas de cinemas que havia, sobre as que não mais existem, e sobre as que ainda funcionam. Explicou que existem 3 ou 4 salas de cinema que poderiam se candidatar pra esse recurso com a cota sugerida, e que se fosse o caso, a sala de sua propriedade também poderia se candidatar, sem nenhum problema legal. Enfatizou que todos os conselheiros sempre participaram de certames públicos de distribuição de recursos pra Cultura, e que aquele não seria diferente. Pediu que cessassem as acusações sob pena de tomar providências legais a respeito, e que os argumentos apresentados pela manifestante eram falácias. Afirmou ter as atas das reuniões do Conselho Municipal de Política Cultural, e que nelas tudo estaria esclarecido. O Calebe tinha outras pessoas inscritas pra falar, e foi dada voz à Ciça Muller, que se manifestou solicitando que a outra proposta fosse apresentada, que sabia do esforço da Fundação Cultural em elaborar os editais para distribuição dos recursos e que tinha certeza de que a outra proposta seria levada em consideração. Outro a falar foi o Gilberto Antunes, que afirmou duvidar do numero de pessoas que teriam participado de reuniões de aprovação da proposta ali demonstrada pelo grupo de trabalho, ao que o André respondeu que todos teriam sido convidados para presenciar a reunião do Conselho para votação e aprovação das propostas, e que teria sido registrado em ata. Pediu a palavra a Potyra, que sugeriu que o recurso da LPG para demais áreas culturais fosse totalmente destinado às minorias, de que trata o artigo 17 da Lei, ao que foi respondido pelo Calebe que a sugestão era intempestiva, uma vez que o grupo de trabalho já teria apresentado a planilha de cotas, e que inclusive já havia ali, naquela hora, sido aprovada. Potyra indagou também sobre a diferença de cotas de 100 mil para 5 mil, para o audiovisual, e que não concordava com isso. Foi respondido pela Bárbara, do consorcio da AMFRI, que o Ministério da Cultura íris lançar possivelmente na próxima semana uma Instrução Normativa para orientar sobre a divisão das cotas para o setor Audiovisual, e que aquelas cotas sugeridas poderiam sofrer modificações em função dessa Normativa. A Dagma voltou a se manifestar, dizendo que a proposta que não estava ali apresentada seria mais descentralizada e atenderia melhor às demandas, e que fazia questão que essa proposta fosse ali apresentada para discussão entre todos. A Bárbara explicou que não se tinha ali a tal proposta, uma vez que essa teria sido vencida em reunião oficial, mas que os trabalhos continuariam, e possivelmente poderia se reanalisar essa proposta. Pediu a fala o Felipe, que é produtor de Audiovisual e disse que não adianta pulverizar o recurso em cotas pequenas, porque todos que trabalham com Audiovisual têm que ser pagos, e existe lei, piso salarial, sindicato, e que o recurso maior propicia a produção melhor e melhor remunerada. Pediu a palavra a Sra. Camila, dizendo que falava em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Câmara de Vereadores. Disse que sentia que havia um

problema da Administração Pública para ouvir a classe artística, e que a Comissão já havia tomado conhecimento disso, pelo presidente anterior do Conselho, e pela participação dela em audiências públicas da Fundação Cultural, ao que a presidente rebateu afirmando que a Fundação havia feito uma pré-oitiva em maio último, havia feito duas Consultas Públicas, dias 30 e 31 de maio, no Teatro Bruno Nitz sobre a LPG, e que sim, a Fundação Cultural ouviu o trade cultural da cidade, e que não ia admitir que essa inverdade fosse dita ali, e pediu respeito com o trabalho da Fundação Cultural, e afirmou ainda que não reconhecia a fala dessa Senhora como da Comissão de Educação e Cultura da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, e que ali estava presente a vereadora Daniela Serpa, essa sim representante dessa Comissão, e perguntou se esta gostaria de se manifestar. A vereadora dispensou o microfone e a presidente da FCBC encerrou a Audiência Pública agradecendo mais uma vez a presença de todos, às 15h40min. Eu Haydée Assanti, servidora da Fundação Cultural de Balneário Camboriú lavrei esta ata, que segue com a lista de presença anexa, fotos do evento, e corroborada pela gravação que temos à disposição.

Balneário Camboriú, 26 de junho de 2023.



Haydée Assanti

Servidora da Fundação Cultural de Balneário Camboriú  
Assistente administrativa – Matrícula 7.609/1998

# Lista de Presença Audiência Pública

Lei Paulo Gustavo - 26/01/23

Nome	Sector
FELICI PEREIRA	AUDIOVISUAL
Bruno Lima	Audiomusical
ANDRÉ NEVES	AUDIOVISUAL
Brianna Bezotto	Audiomusical
Rita Jordão	TEATRO - (AUDIOVISUAL)
Luana Bernardino	OAB
Eléia G. Bandini	POPULAR - (sin jusc)
Marisa Zanoni Fernandes	APROBC
Potya Najara Souza	Theatre (audiomusical, literature, circus)
Clifton Macnamara	Música
Mathias Libório	MÚSICA
KELY WOLF	PRODUÇÃO
William da Silva	AUDIOVISUAL/LITERATURA
GABRIEL GALLARZA PASSI	PATRIMÔNIO CULTURAL
Thays Wayn	SLAM
SAM CARVALHO	DANÇA
Camila Gonzaga da Luz	gabinete Vereador Eduardo Zanatta
Guaranta Radke Carlos	OAB - subseção de Balneário Camboriú
Adriana A da Silva	Entidades
Aquiles da Costa Neto	FCBC
NILVÂN TÁMAR	FCBC
EVANDRO SCHNEIDER	FCBC

Vagner Gabriel Maia Pedar  
Camili Geckert

NARCELO ULIZAR.

Cica Miller

Alexandro Fulton R. D'Oliveira

famille Karin de Biz.

Margareta Satino Amuda

Hy Jee Assens.

Patricia Castellon M. nhe

FCBC

PMBC

ARTISTA.

Produção Anual  
Secretaria de Turismo  
Fundação Cultural

Fundação Calherel

FCBC

FCBC



Audiência pública – LPG - 26/06/2023 - Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú



Audiência pública – LPG - 26/06/2023 - Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú



Audiência pública – LPG - 26/06/2023 - Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú



Audiência pública – LPG - 26/06/2023 - Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú